

Tema	Diploma Legal	Conteúdo
Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho	Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro (alterada pela Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto)	Regras gerais de SST, deveres do empregador e trabalhador, serviços de SST, vigilância da saúde.
Sinalização de Segurança	Decreto-Lei n.º 88/2015, de 28 de maio (altera o DL 141/95)	Prescrições mínimas para sinalização de segurança e saúde no trabalho.
Acidentes e Doenças Profissionais na Administração Pública	Decreto-Lei n.º 503/1999, de 20 de novembro	Regime jurídico aplicável a trabalhadores em funções públicas.
Requisitos mínimos dos locais de trabalho	Decreto-Lei n.º 347/93, de 1 de outubro	Transposição da Diretiva 89/654/CEE sobre requisitos mínimos dos locais de trabalho.
Requisitos mínimos para locais de trabalho	Portaria n.º 987/93, de 6 de outubro	Prescrições de segurança e saúde complementares ao DL 347/93.
Utilização de equipamentos de trabalho	Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro	Prescrições mínimas de SST para utilização de equipamentos de trabalho pelos trabalhadores.
Trabalho com equipamentos com visor	Decreto-Lei n.º 349/93, de 1 de outubro	Regras de SST para trabalho com ecrãs/visores.
Prescrições mínimas	Portaria n.º 989/93, de 6 de outubro	Requisitos técnicos e ergonómicos para postos com visor.
Utilização de EPI	Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de outubro	Prescrições mínimas relativas aos EPI nas empresas.
Contraordenações na área da SST	Lei n.º 113/99, de 3 de agosto	Classificação das contraordenações relacionadas com a SST.
Prescrições mínimas de SST na utilização de EPI	Portaria n.º 988/93, de 6 de outubro	Regras de uso, seleção e verificação dos EPI.
Prescrições mínimas para MMC	Decreto-Lei n.º 330/93, de 25 de setembro	Regras sobre manuseamento manual de cargas e prevenção de lesões músculo-esqueléticas.
Exposição ao ruído	Decreto-Lei n.º 182/2006, de 6 de setembro	Limites de exposição, avaliações e medidas de proteção.
Exposição a Vibrações	Decreto-Lei n.º 46/2006, de 24 de fevereiro	Limites de exposição, avaliação e medidas de proteção.
Proteção contra agentes químicos	Decreto-Lei n.º 1/2021, de 6 de janeiro	Consolida e atualiza as prescrições mínimas relativas à exposição a agentes químicos.
Proteção contra exposição ao amianto	Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de julho	Prescrições mínimas relativas ao amianto, avaliação e medidas de segurança.
Remoção de materiais com amianto	Lei n.º 63/2018, de 10 de outubro	Regras e objetivos para remoção de amianto em edifícios e equipamentos.
Proteção contra agentes biológicos	Decreto-Lei n.º 84/97, de 16 de abril	Medidas de prevenção e grupos de risco de agentes biológicos.
Atualização das prescrições mínimas	Decreto-Lei n.º 102-A/2020, de 9 de dezembro	Atualizações à proteção contra agentes biológicos e alterações ao DL 301/2000.
Segurança em estaleiros temporários/móveis	Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro	Regras de organização da segurança e saúde em obras de construção.
Locais e postos de trabalho em estaleiros	Portaria n.º 101/96, de 3 de abril	Prescrições complementares específicas para estaleiros.